

O "Moderno Príncipe" gramsciano e o PT na década de 80:

considerações sobre a reforma moral e intelectual

Maria Socorro Ramos Militão

Como citar: MILITÃO, M. S. R. O "Moderno Príncipe" gramsciano e o PT na década de 80: considerações sobre a reforma moral e intelectual. *In:* DEL ROIO, M. (org.). **Aspectos de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária, 2009. p. 101-118. DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-60810-04-8.p101-118>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O “Moderno Príncipe” gramsciano e o PT na década de 80: considerações sobre a reforma intelectual e moral

Maria Socorro Ramos Militão¹

O objetivo deste capítulo é o focar a questão da reforma intelectual e moral em Gramsci e o partido político da classe operária como educador das massas. Especialmente nos cadernos 12, 13, 18 e miscelâneos, Gramsci ressalta a responsabilidade do Partido em superar os resíduos corporativos da classe operária e de contribuir para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular.

Além disso, como organismo de mediação e síntese, deve assumir iniciativas políticas que englobem a totalidade dos estratos sociais e vigorem sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais. Para ele, a direção deve ser de um organismo, pois um “novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o Partido político, isto é, em cada oportunidade e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente fundamentado para este fim) fundar um novo tipo de Estado” (Gramsci, 2000, vol. 3, p. 59). Logo, a formação de uma vontade coletiva, desenvolvida com a reforma intelectual e moral exige que o partido político lute por uma revolução política, social, econômica e por uma nova cultura. Por causa disso, a evolução civil da sociedade deve estar ligada a um programa de revolução econômica, modo concreto de se apresentar toda mudança intelectual e moral, porque somente através da direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade é possível manter o poder.

Mas, para realizar essa luta política é necessário que os trabalhadores tenham os elementos teóricos e de organização capazes de elevá-los à consciência de classe e fazê-los compreender a totalidade do conflito classista imediato. E, no entender de Gramsci, somente um agente da vontade coletiva – o Moderno Príncipe² - poderia organizar os trabalhadores em torno de um projeto de vida que os privilegie.

¹ Professora de Filosofia na Universidade Federal de Uberlândia - MG; Doutoranda em Sociologia pela FCL-Unesp (Araraquara).

² Partido Político.

Assim, partindo dos pressupostos gramscianos, propomo-nos investigar a possibilidade do Partido dos Trabalhadores ter endossado a noção de “Moderno Príncipe” do teórico italiano nos anos de 1980, especialmente no Estado de São Paulo. A escolha por esse período se fez por ser essa a década em que nasceu o PT, em um contexto de absoluta insatisfação da sociedade brasileira que contestava, por meio de movimentos sociais, a ordem social mantida pelos militares e reivindicava direitos sociais, políticos e econômicos.

A questão que norteia essa pesquisa é investigar se O PT conseguiu atuar junto à classe trabalhadora como Partido político, Educador, com o intuito de promover uma reforma intelectual e moral no Brasil nos idos de 1980, especificamente no Estado de São Paulo. Diante disso pretendemos averiguar se esse Partido contribuiu através de sua prática política, para a construção de uma nova forma de viver, pensar e participar na construção de uma nova cultura, uma nova *Civiltà* com vistas a alcançar a hegemonia da classe trabalhadora. No entanto, para responder a essa indagação é necessária uma verificação sistemática da práxis política do Partido dos Trabalhadores a ser feita ao longo do desenvolvimento desse estudo.

A pesquisa terá como fundamentação teórica as obras de Antonio Gramsci e as de seus principais comentadores: Antonio A. Santucci, Christinne Bucí-Glucksmann, Valentino Gerratana, Guido Liguori, Paolo Spriano, Nicola Badaloni, entre outros e a teoria marxiana da qual Gramsci é herdeiro. Também serão consultados os documentos do PT: os Programas de Governo dos anos 80, anais de congressos, cartilhas, disponíveis na página/site comemorativa dos 25 anos do Partido. Serão feitas entrevistas com alguns de seus militantes, a serem definidos posteriormente. Serão analisados ainda, os documentos da Fundação Perseu Abramo, o Instituto Florestan Fernandes e o MST que são braços do Partido e, portanto, fundamentais para a análise da ação política do PT. O exercício de leitura analítica será executado mediante a análise do material selecionado e interpretado. A forma de análise dos resultados será feita mediante o material colhido nos documentos disponíveis, necessários para a fundamentação e conclusão deste estudo, sob a ótica da teoria política gramsciana.

A partir da segunda metade da década de 1970, a ditadura militar no Brasil entrou em declínio. Nos anos de 1980, iniciou-se o processo de redemocratização brasileiro e também a formação de um Partido “dos” trabalhadores e não “para” os trabalhadores (como foi o PTB de Vargas) que surgiu em função da penúria material em que se encontrava a classe trabalhadora dos centros urbanos.

O surgimento do PT estabeleceu uma nova forma de ação por parte da esquerda, pois o partido buscava encontrar, nos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora, sua principal fonte de sustentação política. Foi nas estruturas desses movimentos sociais, sobretudo, em São Paulo e no

Rio de Janeiro, que o partido encontrou, num primeiro momento, seus pilares de sustentação: o Sindicato, a Igreja Católica e os intelectuais "renovadores" que romperam com o PCB.³ Os sindicatos passaram a ter atribuições que não tinham, e o movimento operário passou a dar sinais de forte mobilização. A Igreja Católica rompeu com a resistência aos assuntos políticos, assumindo um discurso favorável aos pobres, oprimidos e marginalizados.

Com o PT, a relação entre partido político e o seu público se inverteu porque o partido rompeu com o discurso vanguardista, propondo a democracia partidária e o compromisso com os interesses dos trabalhadores e não com fórmulas prontas e acabadas para a ação partidária. Ao romper com um modelo revolucionário histórico da esquerda, propôs-se como um partido socialista, ou seja,

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. [...] A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e o povo (Partido dos Trabalhadores, 1991, p. 35).

O socialismo do PT seria construído por todos os que eram e se sentiam trabalhadores, entretanto lutar por direitos é próprio da democracia burguesa, diferentemente do socialismo defendido por Gramsci. O que pode ser justificado ainda pela afirmação de Lula, (1979, p.7) que nos diz:

Não é o PT que diz fulano entra ou fulano sai. Os intelectuais também são trabalhadores. O bioquímico é trabalhador, os intelectuais estão aí mendigando emprego; professor é trabalhador e o médico também. Mas tem médico que não quer se sentir trabalhador, tem intelectual trabalhador que não se reconhece como trabalhador. Então não apóiam o PT, não entram nele, eles mesmos se restringem.

Porquanto, na década de 1980, foram postos os elementos do problema ora investigado, ou seja, da construção de um socialismo democrático feito pelos trabalhadores em uma sociedade que passou por um processo de diversificação de atividades produtivas e construtivas da economia capitalista, sociedade em que a classe trabalhadora também passou por um processo de pluralização. A proposta de socialismo e a posterior hegemonia do PT no âmbito da esquerda brasileira representam uma nova configuração política da esquerda no país.

³ Os intelectuais euroreformistas, com visão reformista e liberal da obra gramsciana.

É a partir desse contexto, isto é, do nascimento do Partido dos Trabalhadores, que pretendemos investigar a sua ação política e a sua possível intenção de construir a hegemonia da classe trabalhadora, analisando, por conseguinte, se esse partido endossava, naquele período, o papel de Partido político postulado por Antonio Gramsci, em especial, o de Partido Educador com vistas à promoção de uma reforma intelectual e moral. Nossa investigação considera o argumento do petista Gadotti, (1989, p.11-12) para quem:

O grande desafio do PT era e é a organização dos trabalhadores, o que significa a construção de um projeto político onde o trabalhador, e sua classe, exerçam o governo e organizem a sociedade, a produção e a distribuição da riqueza social. Uma revolução política e cultural é, portanto, condição para que o projeto do PT seja uma realidade. Levar cada cidadão trabalhador à luta social e à participação política. Organizar associações, sindicatos, desenvolver formas de luta e defender reivindicações. Democratizar a sociedade. O PT, porém, não surge apenas para defender os interesses e as reivindicações dos trabalhadores, veio para lutar pelo poder.

Para Gramsci, entretanto, não se constrói a hegemonia da classe trabalhadora por meio de uma revolução passiva, isto é, de uma simples reforma, sem transformar a base econômica. Contrariando seu discurso anterior Gadotti (1989, p.25-6) afirma:

O poder não é um objeto que se toma pura e simplesmente. É uma correlação de forças entre as classes sociais em luta. Não basta ocupar o poder, é preciso transformá-lo, reinventá-lo, a favor dos interesses da maioria. Fazer a revolução não é tomar o aparelho de Estado para impor o socialismo. Não é tampouco, impondo o marxismo no currículo escolar que iremos construir a consciência socialista. O PT entende que o socialismo será o ponto de chegada e nosso ponto de partida resultante de um movimento social e político construído a partir do movimento histórico. A alternativa ao Estado capitalista é a organização autônoma da classe trabalhadora, como afirmava Marx: a *emancipação*. (grifo do autor).

E para o petista Moisés (1982, p.213) a hegemonia proletária dependeria,

Exclusivamente, da capacidade de pressão da sociedade civil sobre o Estado, o que supõe, como se sabe, a sua mais ampla organização (e isso não quer dizer apenas a organização de partidos). Daí a importância de uma iniciativa como a do PT que, como se sabe, não nasce no Congresso Nacional, mas da proposta das lideranças sindicais mais combativas com que conta hoje o país. Deve-se acrescentar, ainda, que pelo seu significado a proposta do PT tem importância decisiva para o sistema partidário em construção.

Mas, a hegemonia pela qual a classe trabalhadora⁴ deveria lutar seria diferente daquela da classe burguesa, para que se pudesse realmente construir uma sociedade regulada, que seria o momento em que a sociedade civil absorveria todos os aparelhos de coerção do Estado capitalista avançado. O PT entendia ainda que:

A disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. [...] Envolve a disputa de idéias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética, de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia hoje significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso País, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho, de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil. (Partido dos Trabalhadores, 1991, p. 46-7).

Contudo, não basta lutar por uma reforma, é necessário construir a hegemonia da classe trabalhadora que exige a análise das relações de forças para justificar uma ação tática imediata que nos aponte de que forma seria possível promover uma ação política empreendida pelo povo via Partido político que é “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 2000, p. 16). Nesse sentido, os intelectuais orgânicos exercerão funções análogas à do Partido político, para tornarem homogênea a consciência da classe a que estavam ligados organicamente ou à que davam coesão. Aqui, é lembrar que Gramsci amplia o conceito de partido político, pois para ele também os meios de comunicação, tais como jornais e revistas são “partidos” ou frações de partido.

Isso porque, entende “cada partido não é mais que uma nomenclatura de classe” (GRAMSCI, 2000, p. 25), pois esses disseminam a hegemonia da classe a que pertencem sobre o conjunto de seus aliados. Ambos, portanto, são agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de um bloco histórico e, assim, “cada grupo social, nascido sobre a base de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo que a si própria, organicamente, uma ou várias camadas de intelectuais que lhe dão a homogeneidade e a consciência de sua própria função” (GRAMSCI, 2001, p. 474-5).

Em vista disso, Gramsci salienta: “pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas

⁴ Integram a classe trabalhadora todos os que são desprovidos da propriedade privada dos meios de produção e ou do capital, e que, portanto, só têm a força de trabalho como forma de sobrevivência.

de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos” (GRAMSCI, 2000, p.94). Porquanto, o lugar que os intelectuais devem ocupar deriva do modo de produção, das forças produtivas modernas e não apenas das superestruturas. Diante disso, Gramsci rejeita a idéia de que o intelectual deva ser apenas um filósofo, um homem letrado, produtor de filosofias puras e não influenciado por relações sociais.

Pois para ele, a contraposição: trabalho intelectual versus o trabalho braçal se pauta no princípio da unitariedade; visto que se todos os homens são filósofos, é também verdade que todos são trabalhadores. Ou seja, a unidade entre as mãos e a mente será construída resgatando de um lado a intelectualidade do operário e de outro o efetivo trabalho físico do intelectual. A solidariedade recíproca entre ambos deve ser construída a partir de uma única base de sustentação: o intelectual não pode esquecer que o trabalhador pensa, nem que seu próprio ofício é também um trabalho. Desconsiderar a unitariedade escamoteia o concreto real, desumanizando a produção das mercadorias. Entretanto, Lula se posiciona de modo contrário à estratégia gramsciana ao afirmar que:

Um fato muito importante, no interior do PT, é a desmistificação da distância entre o intelectual, o estudante, o camponês e o trabalhador. O PT aproximou as pessoas; ele criou novas relações de fraternidade e lá as pessoas se sentem mais iguais. Eu acredito mesmo que uma das razões do grande sucesso que conhece este partido se deve ao fato de que nele não existem divergências baseadas na posição social e origem de classe de seus membros. (GATTARI, 1982, p. 25).

Não se trata apenas de se sentirem iguais, mas de construir a igualdade como uma revolução. Na verdade, Gramsci buscava uma transformação cultural das massas como uma reforma intelectual e moral que era a preparação da sociedade para um novo mundo, partindo da práxis dos homens, era a luta pela hegemonia que “representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova orientação ideológica e cultural” (GRUPPI, 1980, p.2). Por conseguinte, uma nova sociedade emana não apenas da economia e da política, mas também da moral, do conhecimento, da filosofia.

Essa luta pela hegemonia da classe trabalhadora deveria ocorrer em todos os aparelhos de hegemonia dominante, assumindo para si as funções econômicas e políticas de uma sociedade integral e a direção orgânica, de maneira a formar “uma estreita ligação entre grande massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um ‘homem coletivo’” (GRAMSCI, 2000, p.148). Desse modo, o Partido realizaria na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, e na sociedade política proporcionaria:

A soldagem entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral civil e política. (GRAMSCI, 2000, p. 24).

Todavia, o Partido só desempenhará a tarefa de Educador se superar os resquícios corporativos da classe trabalhadora e os egoísmos passionais, para construir uma vontade coletiva nacional. Esta é "uma das questões mais importantes concernentes ao partido político, isto é, à capacidade do partido de reagir contra o espírito consuetudinário, contra as tendências a se mumificar e tornar anacrônico" (GRAMSCI, 2000, p. 61). Porquanto, o Partido se apresenta como a objetivação necessária à condução desse momento de transformação. Essa, no entanto, não parece ser a estratégia do PT, pois como diz Tarso Genro o modelo de transformação para o Brasil é o:

Da disputa pela hegemonia e, nessa disputa, há grandes transformações culturais, políticas, institucionais, que permitem uma outra relação entre as classes sociais que substitua o bloco de classe dominante por um outro bloco de classe dominante. Não exclui a existência de bloco de classes. Na minha opinião, aquela formulação de Gramsci de que a classe operária deve ser hegemônica em termos culturais, inclusive antes da tomada do poder, é um achado brilhante que remete a uma sociedade que tem esse grau de complexidade e de fragmentação como a nossa. Então acho que a categoria teórica da hegemonia é central para abordarmos a luta de classes no país e um projeto de transformação revolucionária e de democracia da sociedade. [...] Acho que nossos governos estão destinados a ser sujeitos políticos de construção dessa hegemonia. Acredito que essa é a finalidade dos nossos governos. (GENRO, 2001, p. 63).

Essa afirmação do dirigente petista sugere, aparentemente, a idéia de que o PT pretendia desempenhar a função de Partido Educador da classe trabalhadora brasileira, nos anos de 1980. No entanto, a estratégia gramsciana pressupõe uma revolução, isto é, a criação de uma sociedade sem classes, em contraposição à proposta reformista apontada pelo PT. O qual aponta ainda que, a hegemonia deveria ser desenvolvida a partir de instâncias públicas e sociais localizadas na sociedade civil e que envolvessem:

O movimento social organizado, as entidades civis e a sociedade em geral, num processo amplo de discussão que tenha capacidade de deliberação diante do governo. Que preservem a necessária autonomia do movimento social dos trabalhadores e dos partidos que apóiam o governo. E que fundamentalmente sejam espaços e instrumentos da disputa político-ideológica das classes subalternas diante do governo e da sociedade em geral. (BORBA, 1994, p. 48).

Borba, no entanto, se esquece de que para isso seria necessária uma transformação econômica.

Temos consciência de que, no atual estágio do capitalismo, não se pode minimizar o poder da classe dominante, as metamorfoses do capitalismo nem a complexidade das suas ramificações na cultura, na educação, na religião, enfim, em todos os setores da sociedade. Por isso, Gramsci chamava a atenção sobre as mudanças históricas, os avanços científicos e tecnológicos, bem como sobre a complexa atividade do Estado, a esfera decisiva da sociedade civil, a multiplicidade das frentes de luta, as dinâmicas contraditórias nos planos ideológicos, culturais, políticos e socioeconômicos, no sentido de uma complexidade cada vez maior na organização do poder.

Daí a modificação da estrutura social ter de ser precedida por uma revolução cultural que incorpore, progressivamente, todos os trabalhadores ao movimento racional de emancipação. Para atingir esse objetivo, "o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. Entretanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social" (CHACON, 1985, p. 697).

Diante desses depoimentos dos partidários petista, podemos inferir que o PT poderia ter tido a mesma preocupação de Gramsci, a de promover criatividade e ousadia política às organizações dos trabalhadores, orientando-as através do Partido político, em torno de um projeto mais articulado e de longa duração, para a transformação com base numa inovadora concepção de hegemonia acompanhada por uma profunda atividade de reconstrução social que construísse novos espaços de participação coletiva e que fosse política e economicamente conquistada de uma nova sociedade que resolvesse a luta de classes. É o Partido dos Trabalhadores em seu Programa de Governo afirma que "está comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tenha como exigência fundamental a democratização do poder" (PT, 1991, p.19). Ele parece se posicionar como partido Educador à medida que a partir dos movimentos sociais se coloca como:

A expressão mais clara da determinação de amplos setores das massas populares de entrarem pela porta à dentro da 'abertura', não para aceitar os seus limites, mas para redefini-la a partir dos interesses das grandes maiorias nacionais que sempre foram marginalizados na história do país. Escapando inteiramente, pela sua origem e pelo seu sentido, às previsões e à programação do regime, o PT se converteu em forte símbolo da capacidade de resistência e de luta política dos setores populares, mesmo quando debaixo de condições tão adversas como são as condições do autoritarismo. Disso advém a potencialidade de que esse partido vai sendo portador na vida do país. Essa é a razão, também, porque ele vem despertando interesse crescente não apenas entre lideranças populares dos centros urbanos, mas também entre

inúmeros líderes de movimentos rurais no Centro do país e na região do Nordeste (MOISÉS, 1982, p. 210).

Mas essa reconstrução, no entender de Gramsci só seria possível mediante uma reforma intelectual e moral que não se separa de uma práxis e, portanto, de transformações materiais de existência. Pois a unidade entre teoria e prática se dá exatamente por meio da filosofia da práxis, que não é mecânica, mas puro devir, é uma construção que deve ser empreendida pelos trabalhadores para criar uma nova *civiltá* contrária à capitalista.

O Partido dos Trabalhadores propõe ainda que “o desafio da reconstituição da utopia socialista, nós o assumimos não apenas como reelaboração teórica de um sonho futuro, mas principalmente como um novo modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social que incorpore de fato os valores libertários e socialistas” (Partido dos Trabalhadores, 1991, p. 29). Saber se o PT encaminhou o projeto socialista, na década de 80, no Estado de São Paulo, é precisamente o objeto de estudo dessa pesquisa.

A possibilidade de um confronto entre a ideologia do PT e as categorias de Antônio Gramsci exige que analisemos os conceitos de guerra de posições, e, dentro dela, o de reforma intelectual e moral e o de Partido político. Isso porque, para Gramsci, o Partido político, como intelectual orgânico coletivo, deve promover a reforma intelectual e moral, imprescindível à conquista hegemônica proletária.

Para Gramsci, o Estado integral é composto pela “(sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encouraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2000, p. 244). A sociedade política é responsável pela dominação, e a civil pela direção da sociedade. O consenso é representado pelos aparelhos privados de hegemonia: as escolas, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as sociedades secretas, as associações de bairros, os jornais, entre outros. E a coerção: aparelhos de repressão e dominação do Estado. Por consequência também o conceito de partido se alarga abrangendo os partidos políticos e ideológicos que se sintetizam no “partido revolucionário”.

Por assim conceber o Estado, Gramsci prioriza a questão da formação dos intelectuais que são os “funcionários” da sociedade civil e os articuladores da direção cultural (hegemonia).⁵ E, além disso, dilata a noção de intelectual corrente que se restringe aos grandes intelectuais.

Assim, pensando em como empreender a revolução comunista, no início do século XX, o filósofo italiano engajou-se nas lutas políticas da classe operária italiana e, preocupado com a superação da opressão do capitalismo,

⁵ O conceito de hegemonia pode ser entendido como “o fio condutor” de toda investigação gramsciana.

dedicou-se à sua compreensão. Para tanto, estudou o estágio de desenvolvimento no período histórico em que vivia para encontrar maneiras de operar tal superação, percebendo que, no sistema capitalista avançado, as complexas e diversificadas manifestações de democracia popular se tornam os novos espaços nos quais seria necessário repensar a política e elaborar uma nova hegemonia.

Desse entendimento GRAMSCI (2000) conclui que, sociedades civis como a russa em que Lênin operou, mantinham estreita relação com o Estado; os aparelhos privados de hegemonia não eram bem definidos e o Estado era absolutamente coercitivo, por isso a destruição do Estado poderia ser empreendida por meio de uma revolução armada, de uma guerra de movimento. Para as sociedades ocidentais, com a categoria de Estado ampliado, Gramsci propôs uma estratégia do movimento operário baseada em uma guerra de posição que possibilitasse à classe oposta disputar a hegemonia no interior da sociedade civil, antes que conquistasse o poder, pois a “‘sociedade’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 2000, p.73).

Contudo, a estratégia da guerra de posições só poderia ser posta em prática em um período de crise orgânica no sistema, isto é, de contradição social, em que um mundo novo já tivesse nascido, com suas forças produtivas, e o velho ainda persistisse, com suas relações de produção estabelecidas. Essa guerra se daria entre classes opostas que tivessem concepções de mundo diferentes e buscassem se manter hegemônicas: aquele que defendia o estado de coisas existentes e aquele que buscava superá-lo, pois é quando as condições materiais estão dadas contraditoriamente que os homens tomam consciência da crise e as formas ideológicas permitem que se entenda o processo histórico. Com efeito, esses grupos antagônicos poderão manter ou superar o capitalismo. Essa é uma luta constante que se expressa também em termos culturais, por envolver todos os âmbitos sociais, e ocorre para que cada um permaneça ou ganhe a hegemonia e, com isso, o poder.

Por isso Gramsci pensa em um sujeito histórico internacional – a classe trabalhadora - que poderia realizar a sua hegemonia na sociedade civil para, a partir daí conquistar e manter a sua dominação. Como tática para essa conquista, propôs a reforma intelectual e moral que seria a preparação da sociedade para um novo mundo, partindo da práxis dos homens. Essa estratégia “representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural” (GRUPPI, 1978, p. 2). A reforma intelectual e moral teria por objetivo criar uma *Nuova Civiltà*⁶ contrária à capitalista, uma nova ordem civilizatória que possibilitasse a liberdade dos

⁶ Nova Civilização.

homens: a autonomia para agir e se apropriar do valor produzido por seu trabalho, promovendo assim, uma emancipação política e humana.

Com isso surgiu a proposta de construção de uma nova hegemonia ligada ao processo educacional em sentido mais amplo cujos educadores seriam: o Partido e instâncias culturais como a escola, a imprensa, o sindicato, a arte, isto é, todos os aparelhos privados de hegemonia no interior da sociedade civil.

Em função desse entendimento, Gramsci pensava em maneiras e táticas para a conquista do poder pelos trabalhadores apoiando-se em Marx,⁷ nos acontecimentos do seu tempo e nas peculiaridades da realidade italiana,⁸ por isso, elegeu a Filosofia da *Práxis*, o Materialismo Histórico Dialético como o método capaz de possibilitar às massas a concepção de mundo que lhes era peculiar. Trata-se de uma ortodoxia do método adotado por Gramsci para enfrentar com a mesma diretriz metodológica as novas questões que a nova situação histórica vem colocando.

A preocupação com a reforma intelectual e moral levou Gramsci a pensar nas mudanças estruturais decorrentes do novo padrão de relações industriais e de acumulação no mundo capitalista, das necessidades abertas pela Revolução de Outubro e da construção do socialismo na Europa do Leste. E, sobretudo, em como se poderia operar a construção da hegemonia proletária no Ocidente e em como se conduziria a ampliação do movimento comunista no plano internacional, dada a atual correlação de forças delineadas por aquelas mudanças. O teórico italiano entendia que, no próprio desenvolvimento do capitalismo existia a possibilidade de reelaboração da estrutura e da cultura de uma sociedade.

Em consonância com o modelo gramsciano da reforma intelectual e moral, o Americanismo e o Fordismo⁹ representou a criação de uma nova cultura, porque causou mudanças no modo de agir, pensar e de viver das pessoas, uma nova moral foi criada para garantir a eficiência e a produtividade dos trabalhadores nas indústrias. Criou-se o estímulo ao consumo, de acordo com o objetivo de Ford de aliar o crescimento do poder de compra de seus funcionários ao incremento da sua produção fabril. Por isso, no entender de

⁷ O desmoronamento dos regimes do Leste Europeu, em lugar de significar a superação de Marx, constitui, ao contrário, um indicador de sua atualidade. Levando-se em conta que uma filosofia é viva e insuperável enquanto o momento histórico que ela representa não for superado, cabe concluir que se o socialismo tivesse triunfado é que se poderia colocar a questão da superação do marxismo, uma vez que, nesse caso, os problemas que surgiriam seriam de outra ordem. Mas, os fatos o mostram, ele não triunfou. O capitalismo continua sendo ainda a forma social predominante. Portanto Marx continua sendo não apenas uma referência válida, mas a principal referência para compreendermos a situação atual. (SAVIANI, 1991, p.14).

⁸ Gramsci pensa no nacional, mas com a perspectiva da revolução internacional.

⁹ Correspondente à maneira americana de viver peculiar ao novo modo de produzir implantado nas indústrias automobilísticas de Henri Ford a partir da década de 1920 nos EUA.

Gramsci, o Americanismo e o Fordismo representaram um progresso civilizatório, porque promoveram avanços na forma de produzir e na cultura estadunidense. Por causa desses modelos as pessoas produziam mercadorias e tinham mais acesso a elas. Além disso, a maneira de pensar e ser era coerente com o trabalho que executavam nas indústrias. Apesar de muitas críticas poderem ser feitas ao “adestramento” imposto por Ford e seus métodos revolucionários de trabalho.

Assim, é fundamental perceber no movimento fordista, ou melhor, nesse modelo americano, o estreito vínculo entre os modos de vida, os comportamentos, as ideologias criadas para esse modelo, a organização do trabalho e as relações sociais de produção. Pois, diferentemente do desenvolvimento do capitalismo e do fordismo na Europa, nos EUA, “a infraestrutura domina mais diretamente a superestrutura” (GRAMSCI, 1980, p. 116). Essa foi uma fase “mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada” (GRAMSCI, 1980, p.397).

No americanismo, a hegemonia da classe burguesa não repousará apenas nos profissionais da política ou da ideologia, pois a “hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 1980, p.382). Por conseguinte, em um momento de crise orgânica a hegemonia proletária também deveria nascer dessa forma de produção que se constituiria em um avanço na maneira de produzir, determinando mais diretamente a consciência dos trabalhadores e de forma racionalizada, a partir do modo como passassem a organizar o mundo do trabalho. Nesse sentido, a classe burguesa necessita de menos intelectuais, pois o próprio processo produtivo e a ocupação de cada trabalhador lhes determinariam a consciência de classe. Pois que:

A racionalização capitalista da produção visa integrar a classe operária a partir do aparelho econômico de hegemonia, criar um novo tipo de trabalhador adequado à indústria fordizada. Do mesmo modo esse tipo de hegemonia não separa a fábrica da sociedade: a hegemonia na fábrica está acompanhada de um sistema crescente de limitações ideológicas e morais fora do trabalho, que dizem respeito precisamente aos modos de vida. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.116).

O modelo Ford trouxe avanços aos meios de produção capitalistas e instaurou um novo modo de vida que corresponde à reforma intelectual e moral gramsciana e à criação de uma nova *civiltà*. Entretanto, permaneceu sob as bases da continuidade da dominação burguesa, para perpetuar o capitalismo e prorrogar sua hegemonia, assegurada por uma Revolução meramente passiva, com o intuito de garantir a dominação e a direção social do grupo dominante. Na guerra de posições, esse grupo seria aquele que

propria medidas e avanços nas forças produtivas e nas relações sociais para manter o capitalismo, buscando meios que perpetuassem seu consenso, para que todos desejassem e lutassem por aquilo que essa classe queria e impunha, pelo projeto de sociedade que defendia.

O contrário ocorreria com uma nova *civiltà* criada pelos trabalhadores, desenvolvida por meio de uma reforma intelectual e moral que se apoiaria nos avanços referentes à forma de produzir, às forças produtivas (crer manter o crescimento tecnológico), objetivando o fim do modo de produção capitalista.

Posto que, na visão de Gramsci, é na oficina moderna se moldam e se forjam o novo homem e a sociedade socialista futura, ainda que hoje sua direção pertença aos capitalistas, o trabalhador se forma nessa indústria. Cabe-lhe politicamente assumir a direção, pois essa fábrica, que ele produz, historicamente já lhe pertence. Por isso ele deve se preparar melhor. Aproveitando-se do fato que, a primeira e fundamental preparação ele a recebe na própria fábrica; a segunda, indispensável e complementar, ele recebe no sindicato e, sobretudo, no partido.

Portanto para Gramsci, o partido seria antes de tudo uma grande escola que não deveria se descolar da prática produtivo-organizativa de base: nesta base deveria ancorar-se, alimentar-se, inspirar-se, informar-se. Pois é o partido que funde e amálgama os elementos de organização política extraídos da prática produtiva para forjar o perfil da estrutura política-administrativa do Estado socialista.

O trabalho industrial seria o princípio pedagógico enquanto não-trabalho, porque a potencialidade última (e intencionalidade socialista) do trabalho industrial é a própria libertação do homem no reino da necessidade, isto é, do trabalho entendido como liberdade concreta e universal. Tendo em vista que,

[...] quanto mais o proletariado se especializa num gesto profissional, tanto mais sente que os companheiros são indispensáveis; sente-se assim a célula de um corpo organizado, de um corpo intimamente unitário e orgânico; cada vez mais sente a necessidade de ordem, de método, de precisão e sente ser preciso que o mundo inteiro seja como uma única imensa fábrica, organizado com a mesma precisão, o mesmo método. (GRAMSCI, 1987, p. 432-3).

Por isso Gramsci afirma que a fábrica inicia, mas não completa o processo educativo.

Nesse sentido, o *logos* da máquina passa a ser na verdade, uma relação histórica e moral, isto é, um *'ethos'*. Com efeito, a essência do automatismo produtivo não é a mercadoria, é a liberdade do homem: "a liberdade e o assim chamado automatismo estão em oposição? Não. O automatismo se contrapõe ao arbítrio, não à liberdade" (GRAMSCI, 1975, p.1245).

Noutros termos, buscava-se a mudança para um modo de produzir superior, que não oprimisse os homens e não tivesse como base uma forma injusta de trocas. Seria um real progresso civilizatório que permitiria às pessoas uma forma superior de vida que aliaria métodos avançados à não exploração de uma classe pela outra. Ou seja, homens com uma concepção de mundo unitária e coerente que produzissem o mundo no qual viviam.

Por conseqüência, buscar uma nova relação entre cultura e política permitiria pensar também em um novo intelectual, que estivesse profundamente ligado às questões culturais e políticas do seu país e que, por isso, poderia envolver-se com sua transformação. Assim, Gramsci pensou sobre a construção real da nova *civiltà* e sobre a importância de um intelectual ativo. Por isso, elaborou a concepção do intelectual orgânico coletivo, aquele responsável pela difusão da cultura, pelo direcionamento da massa para esse novo mundo (já que a massa, primeiro, teria que definir aquilo que poderia desejar) e, ainda, na valorização da massa ou do senso comum para a criação dessa nova civilização.

Superando, assim, a hierarquia entre intelectuais, pois não se trata de educar no sentido idealista, mas da organização dos trabalhadores. Já que, a autoridade do partido não pode ser inculcada nas grandes massas como métodos de pedagogias escolásticas. Em função disso Gramsci defende um método que parte das experiências concretas de todos, valorizando-as e estudando-as coletivamente, de forma que o grupo todo se torne o educador de si mesmo, organicamente, elevando o nível cultural de cada um e do conjunto.

Como resultado, podemos afirmar que o objetivo da tática e da estratégia propostas por Gramsci, ou seja, da reforma intelectual e moral e da guerra de posições é a emancipação dos homens, para que possam agir coerentemente e transformar o mundo segundo seus preceitos e desejos. É a valorização da práxis, do papel do homem na construção consciente do mundo, não apenas para interpretar o mundo, mas transformá-lo "através da crítica da civilização capitalista que se formou ou se está formando a consciência unitária do proletariado e, a crítica quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista" (GRAMSCI, 1976, p. 95). Logo, a reforma intelectual e moral é uma crítica ao capitalismo no sentido de transformar a cultura, partindo de uma nova forma de produzir.

Porquanto, a cultura é organização, é tomada de posse de sua própria personalidade, é a conquista de uma consciência superior, através da qual consegue-se compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus direitos e seus deveres. Esta consciência, no entanto, não se forma pela força brutal das necessidades físicas, e sim pela reflexão inteligente, primeiro de alguns e em seguida de toda uma classe, sobre as razões de certos fatos e sobre os meios melhores para transformá-los de condição de servidão em bandeira de revolta e de reconstrução social. Logo, toda revolução seria

precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de difusão de idéias. O mesmo fenômeno repete-se hoje para o socialismo.

Por entender a cultura como os modos de ser, agir e pensar que já se manifestavam na vida das pessoas exploradas pelo capitalismo, Gramsci rejeitava o reformismo culturalista que subordinasse a classe operária a uma aristocracia cultural sem a luta por uma visão de mundo autônoma em todos os aspectos da existência. Para ele, a cultura não se reduzia às obras; ela emanava de uma crítica da *civiltà* pois

[...] uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'para si' sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 2000, vol. 1, p. 104).

Com efeito, "não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos" (Gramsci, 2000, p. 97).

Nesse contexto, deve-se entender por intelectuais "não somente essas camadas sociais tradicionalmente chamadas de intelectuais, mas em geral toda a massa social que exerce funções de organização em sentido amplo: seja no plano da produção, da cultura ou da administração pública" (GRAMSCI, 2000, p. 201). O problema consistia, então, em saber como elaborar a própria concepção de mundo de modo crítico e consciente e como participar na produção da história. E, ainda, adquirir independência do mundo exterior, tornando-se o seu próprio guia.

Logo, a crítica à cultura deveria iniciar-se por um inventário dos trabalhadores acerca do que eram no mundo. Em outras palavras, era preciso que tivessem uma visão crítica de si mesmos e de seu papel de produtores do mundo, levando em conta recursos como as inovações tecnológicas, filosóficas e científicas, as obras clássicas, as línguas, as artes, então restritos à classe dominante.

Pois é dessa crítica que se forma a consciência unitária dos trabalhadores, já que "a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva auto consciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam" (GRAMSCI, 2000, p.103). Por isso Gramsci propôs uma batalha ideológico-cultural, fazendo da cultura instrumento e forma necessária para emancipação política da classe operária, considerando que "as classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política" (Gramsci, 2000, p. 201). A cultura torna-se, então, elemento decisivo na construção de uma nova forma de pensar e de agir da classe trabalhadora na busca pela obtenção da hegemonia.

É nesses termos que investigaremos se o PT exerceu o papel de Educador das massas no Estado de São Paulo, na década de 1980, com a contribuição da obra política de Antonio Gramsci e averiguarmos qual foi a colaboração desse Partido na construção da redemocratização brasileira. Buscando compreender por que os petistas afirmam que

[...]o Partido dos Trabalhadores irrompe na cena política brasileira como um fato cultural. A criação do PT é considerada um fato cultural à medida que rompe com elementos clássicos da cultura política brasileira, inclusive com a cultura dos partidos tradicionais de esquerda, propondo formas novas de se viver e de fazer política" (MAGALHÃES, 1999, p.161).

Referências Bibliográficas

- BANDECCHI, B. *Maquiavel: o príncipe*. Colaboração MATTEO, M. de. São Paulo: Parma, 1981.
- BOBBIO, N. *Teoria geral da política: filosofia política e as lições dos clássicos*. Tradução. VERSIANI, D. B. Organização BOVERO, M. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CADERNOS DE FORMAÇÃO No. 3. *O que é o PT*. 6. ed. São Paulo: AGNUS, 1998.
- CAMPOS, L. *O PT frente à crise do capitalismo*. Brasília, 1991.
- CESAR, B. T. *PT - a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHACON, V. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2. ed. Brasília: UNB, 1985. v.5
- FRANCO, A. de. *O PT, as tendências e a luta interna*. Goiânia, 1987.
- GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GENEOINO, J. *Repensando o socialismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GENRO, T.; RODRIGUES, E.; SILVA, J. D. de O. *Instituições políticas no socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GLUCKSMANN, C. B. *Gramsci e o estado*. Tradução Angelina Peralva, A. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GOBETTI, P. *Cultura e dialética*. Tradução Carlos Nelson Coutinho et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Pensamento Crítico; v. 32).
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução Carlos Nelson Coutinho et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Tradução Carlos Nelson Coutinho et al. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Lettere dal carcere*. A cura di Paolo Spriano. Torino: Einaudi, 1971.

- GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. Tradução Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Tradução Luiz Mario Gazzaneo 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *L'ordine nuovo*. A cura di Valentino Gerratana; Antonio A.Santucci, Torino: Einaudi, 1987.
- _____. *Para la reforma intelectual e moral*. Selección de RUEY, F. F. Madrid: Los Libros de la Catarata, 1991. (Clássicos del Pensamento Crítico).
- _____. *Poder, política e partido*. Tradução . AGUIAR, E. Organização Emir Sader. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. *Gramsci in europa e in america*. Prima Edizione. A cura di Antonio A. Santucci. Roma: Laterza, 1995.
- _____. *Pensare la democrazia: antologia dai "quaderni del carcere"*. A cura Marcelo Montanari. Torino: Einaudi, 1997.
- _____. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975 e 2001. 3370p. V.I., II, III e IV
- _____. *Scritti 1915-1921*. Milani: Moizzi Editore. 1976.
- _____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Tradução M.L.T.V. Medeiros 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução Carlos Nelson Coutinho 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- GUATTARI, F. *Felix Guattari entrevista Lula*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GURGEL, C. *Estrelas e borboletas*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- INNOCENTINI, M. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Tecnos, 1979.
- SILVA, L. *Jornal O Companheiro*. São Paulo, ano 1, de 29/8 a 11/9 de agosto de 1979, p.7.
- MAGALHAES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (Org). *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MELLO, A. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1996. (Questões da Nossa Época, 58).
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.
- MOISÉS, J. A. *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros: V. 56).

- CADERNOS DO PT. *O que é o Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, maio de 1986.
- PAGGI, De G. G. *Egemonia Stato partito in Gramsci*. Roma: Riuniti, 1997.
- PAOLI, N. J. *Ideologia e hegemonia: as condições de produção da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981. (Coleção Educação Contemporânea).
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional. *Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo, mimeo*. São Paulo: abril de 1989.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- REVISTA BASES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT. *Uma revolução democrática no Brasil*. São Paulo: Teoria & Debate, 1994.
- REVISTA BRASIL REVOLUCIONÁRIO. São Paulo: Imprima Laser, 1994. Ano 5, n. 16. Jun/Jul/Ago.
- REVISTA CAROS AMIGOS. São Paulo: Casa Amarela. Ano 7, n. 83. Fev. 2004.
- SANTOS, J. de A. *O príncipe da hegemonia*. Lisboa: Vega Universidade, 1977.
- SANTUCCI, A. A. (A cura di). *Gramsci: piove, governo ladro! satire e polemiche sul costume degli italiani*. Roma: Riuniti, 1996.
- SAVIANI, D. *Educação e questões da atualidade*. São Paulo: Cortez; Livros do Tatu, 1991.
- SILVA, L. I. L; et. al. *Resoluções do 1º Congresso do PT*. São Paulo: Diretório Nacional do PT, 1991.
- SOARES, R. D. *Gramsci, o Estado e a escola*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.
- SPRIANO, P. *"L'ordine nuovo" e i consigli di fabbrica*. Seconda edizione. Torino: Piccola; Einaudi, 1971.
- STACONNE, G. *Gramsci 100 anos: revolução e política*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- VINHAS, M. *O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.